

ATA DA 13ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 06 de outubro de 2010

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

1 Aos seis dias do mês de outubro de dois mil e dez, às nove horas
2 e quinze minutos, na Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do
3 Ministério Público do Estado do Ceará, na sede da Procuradoria
4 Geral de Justiça - PGJ, reuniram-se para a 13ª Reunião
5 Extraordinária do Conselho Estadual Gestor do Fundo de Defesa
6 dos Direitos Difusos - CEG/FDID, sob a Presidência da **Dra. Maria**
7 **do Perpétuo Socorro França Pinto**, Presidente do Conselho,
8 representando a Procuradoria Geral de Justiça - PGJ e as
9 Conselheiras e Conselheiros adiante indicados: **Dr. Fábio**
10 **Carvalho Alvarenga Peixoto**, representando a Procuradoria Geral
11 do Estado - PGE; **Dr. Márcio dos Santos Alencar Freitas**,
12 representando a Secretaria da Cultura do Estado do Ceará -
13 **SECULT**; **Dra. Rimena Alves Praciano**, representando a Secretaria
14 da Saúde do Estado do Ceará - **SESA**; **Dr. José Francisco de**
15 **Oliveira Filho**, representando a 2ª Promotoria de Justiça do Meio
16 Ambiente e Planejamento Urbano - **PJMA**; **Dr. Sheila Cavalcante**
17 **Pitombeira**, representando o Centro de Apoio da Proteção à
18 Ecologia, Meio Ambiente, Paisagismo, Patrimônio Histórico e
19 Cultural - **CAOMACE**; **Dr. Antonio Carlos Azevedo Costa**,
20 representando o Programa Estadual de Proteção e Defesa do
21 Consumidor - **DECON**; **Dra. Ana Mônica Filgueiras Menescal**,
22 representando a Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará - **SEFAZ**
23 e **Dra. Karine Jucá Moreira**, representando a Secretaria do
24 Turismo do Estado do Ceará - **SETUR**. Justificou Ausência: a
25 representante da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino
26 Superior - **SECITECE**; Faltaram: o representante do Conselho de
27 Políticas e Gestão do Meio Ambiente - **CONPAM**; o representante da
28 Assembleia Legislativa do Estado do Ceará - **AL**. Sem
29 Representação: as 03 (três) ONG's. **Dra. Maria do Perpétuo**
30 **Socorro França Pinto**, Presidente do Conselho Estadual Gestor do
31 FDID, cumprimentou a todos os presentes e pedindo desculpas pelo
32 atraso, disse que fez questão de estar presente nesta reunião
33 para ver se revigora este fundo, porque as coisas estão meio
34 paradas e há muito tempo que a gente vê que parece que não
35 acontece nada, parece que as coisas não caminham, e isso é muito
36 ruim porque todos nós vamos ficando desestimulados,
37 desmotivados, e infelizmente a gente debate, debate e não sai do
38 canto. Queria que hoje nós fizéssemos uma reunião e
39 procurássemos criticar, ver o que a gente pode fazer. Hoje nós
40 temos R\$ 1.600.000 (hum milhão e seiscentos mil reais)
41 depositados sem sabermos o que vai fazer. Estou mostrando que
42 nós estamos aqui há anos, desmotivados, e não sabemos
43 efetivamente o que fazer. Agora temos em depósito R\$ 1.600.000 e
44 até hoje a gente não conseguiu trazer parceiros das organizações
45 não-governamentais, nós ainda não conseguimos motivar até os
46 próprios Promotores de Justiça. Informou que foram empossados 53

ATA DA 13ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 06 de outubro de 2010

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

47 Promotores de Justiça e que estão sendo envidados esforços para
48 dar posse a mais 10 que somarão 63 novos jovens, que certamente
49 estão bastante motivados, estão começando, e vão com certeza,
50 jogar dinheiro para o FDID. Falou que o Ministério Público está
51 em um momento bom porque está fortalecido com a vinda desses 63
52 novos membros, e o que precisa é que o Conselho tente sacudir e
53 movimentar estes recursos para a finalidade que ele foi criado.
54 Então eu queria que estas palavras iniciais, fossem palavras que
55 a gente teria que ter mais contato, até as próprias entidades já
56 não estão mais vindo, e há muito tempo não temos reunião.
57 Portanto alguma coisa tem que acontecer, a mudança do regimento,
58 há quanto tempo esta mudança está sendo discutida? Foi proposta?
59 Será que a gente tem que mudar a lei, mudar o regimento, o que
60 fazer? Porque os projetos quando são aprovados na hora da
61 concretização, falta uma série de coisas, não são aprovados, e o
62 dinheiro está lá. Quem é que não sabe que o Meio Ambiente e que
63 a Defesa do Consumidor precisam de dinheiro. Todo mundo sabe. Se
64 a gente tivesse como fazer, eu não sei, estou querendo aqui
65 ouvir, estou falando não sem motivação, porque minha motivação
66 não sai de jeito nenhum de dentro de mim, nem cadeira de rodas
67 tira, mas é na realidade para a gente ver. Dra. Sheila foi a mãe
68 desse projeto e o que a gente vai fazer com relação a este
69 fundo. Estas eram as primeiras palavras para fazer a abertura da
70 13ª Reunião, no caso, Extraordinária do CEG/FDID, do dia 06/10,
71 às 9hs, que não começou na hora, mas com a presença dos
72 representantes da SECULT, da PGE, da PJMA, do CAOMACE, do DECON,
73 da SETUR, da SEFAZ, da SESA, da SECULT, esses estão presentes
74 nesta reunião, logo temos quorum para iniciá-la. Ordem do Dia:
75 Primeiro Ponto: Aprovação das Atas da 12ª Reunião Extraordinária
76 e da 58ª Reunião Ordinária. Perguntou se alguém discordava das
77 Atas. Como ninguém discordou as mesmas foram aprovadas. Segundo
78 Ponto: Apresentação do demonstrativo dos valores recolhidos ao
79 FDID referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2010.
80 Bem os senhores receberam, nós tínhamos no mês de setembro R\$
81 1.566.318,30 (hum milhão, quinhentos e sessenta e seis mil,
82 trezentos e dezoito reais e trinta centavos), foram depositados
83 R\$ 77.666,67 (setenta e sete mil, seiscentos e sessenta e seis
84 reais e sessenta e sete centavos), tivemos rendimentos de R\$
85 13.600,00 (treze mil e seiscentos reais), total dos créditos de
86 R\$ 91.266,67 (noventa e um mil, duzentos e sessenta e seis reais
87 e sessenta e sete centavos), o que temos em caixa é R\$
88 1.657.584,97 (Hum milhão, seiscentos e cinquenta e sete mil,
89 quinhentos e oitenta e quatro reais e noventa e sete centavos).
90 Deste valor ainda faltam serem retirados mais ou menos R\$
91 300.000,00 (trezentos mil reais) para os projetos em andamento,
92 ficando R\$ 1.300.000,00 (hum milhão e trezentos mil reais).

ATA DA 13ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 06 de outubro de 2010

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

93 Agora, o que a gente vai fazer com este dinheiro, pois esta é a
94 época para começar a ser discutido o que deve ser feito, pois
95 quando chegou o mês de janeiro, todo mundo estava atrás de
96 projeto e ninguém apresenta projeto, e eu me lembro, todo mundo
97 está atrás de projeto, e ninguém apresenta projeto, ninguém está
98 atrás de dinheiro, e eu quero começar a discussão para rever o
99 que fazer. **Dra. Rimena Alves Praciano** - Em vez de aproveitar o
100 excedente dos recursos para o próximo edital, para o próximo
101 exercício financeiro, determinar que vá para a Promotoria de
102 Meio Ambiente, como disse a Dra. Socorro... **Dra. Maria do**
103 **Perpétuo Socorro França Pinto** - Discordou, dizendo que só com a
104 apresentação e aprovação de projetos. **Dra. Sheila Cavalcante**
105 **Pitombeira** - O percentual destinado ao Ministério Público é de
106 20% (vinte por cento) do orçamento e pronto. Só haveria
107 alteração se a lei modificasse, e não é razoável que a lei
108 modifique neste sentido. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França**
109 **Pinto** - Não é razoável, pois fica parecendo que o Ministério
110 Público recolhe dinheiro para si. Não é a solução, a gente tem
111 que vê. A solução é mobilizar. Então eu faço aqui a apresentação
112 do demonstrativo dos valores. Alguma sugestão para esse
113 demonstrativo? Terceiro Ponto: Deliberação sobre a solicitação
114 da Procuradoria Geral de Justiça em referência ao projeto de
115 Reaparelhamento e Modernização do Ministério Público, exercício
116 de 2008. Vocês receberam aí o histórico do nosso
117 reaparelhamento. Quando o projeto foi aprovado era para comprar
118 20 impressoras, sendo 04 a laser e 16 jato de tinta. Quando foi
119 realizada a licitação, ela foi considerada deserta, e em sendo
120 assim, com esse recurso, a solicitação é que sejam compradas
121 apenas 10 impressoras a laser com o custo total de R\$
122 9.000,00 (nove mil reais). Em discussão a matéria, para saber se
123 fica como antes estava descrito, ou se pode ser utilizado para
124 comprar 10 impressoras a laser. Dra Sheila com a palavra. **Dra.**
125 **Sheila Cavalcante Pitombeira** - Eu acho que a gente tem até
126 deliberado nesses ajustes, e tem sido uma prática deste
127 conselho, mas como o projeto é do Ministério Público, eu prefiro
128 me abster de votar. Nós tivemos um caso assemelhado no projeto
129 da Procuradoria Geral do Estado e em outros casos, quando ocorre
130 isso na licitação não tem sido embaraço. Penso que o conselho
131 poderia numa reformulação dos nossos regimentos, estabelecer
132 algumas regras e que isso ficasse *ad referendum*. O Presidente
133 do Conselho poderia, se a licitação não aconteceu, uma diferença
134 de R\$ 300,00 (trezentos reais), não interferiu muito... Se nessa
135 proposta de alteração, para otimizar nossos procedimentos, casos
136 tais em que a gente pudesse delegar isso para o Presidente e
137 apresentaria na reunião do conselho. Esse caso é muito
138 assemelhado àquele da PGE. Você faz a licitação e esta foi

139 deserta e aí começa tudo de novo. Acho que a gente poderia
140 pensar na mudança do regimento... já deixar no convênio esta
141 perspectiva de alongar... Eu digo isso, mas às vezes diz no
142 projeto que vai comprar uma coisa, ou então fez uma contratação
143 e vai uma laser de uma marca, aí acontece um embaraço no curso
144 desse processo e muda da marca A para uma marca B, e tem que
145 reunir o conselho porque saiu de uma marca X para uma marca Y...
146 é pode ser, colocar já nesta minuta isso daí. **Dr. José Francisco
147 de Oliveira Filho** - Dra. Socorro, colegas, eu quero dizer o
148 seguinte: que embora eu concorde com o que vocês estão
149 imaginando, mas nós temos que observar também o problema do
150 Tribunal de Contas. Não podemos ignorar isso aí. O Tribunal de
151 Contas não vai querer entender que nós tínhamos razões de nada a
152 opor a transformação das impressoras, mas na realidade eles vão
153 olhar as marcas e preços, e termina colocando o Ministério
154 Público numa situação de gerar dúvidas sobre a nossa
155 transparência. Então, eu acho que para que isso ocorra, primeiro
156 nós temos que buscar uma nova regra de legislação que autorize a
157 fazer isso, pois só na decisão do conselho eu acho meio
158 perigoso. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** - A proposta da Dra.
159 Rimena é o Conselho deixar isso tudo esclarecido na redação do
160 convênio, porque assim o Tribunal de Contas não vai questionar.
161 Esse momento eu acho que a gente de fato tem que passar pelo
162 conselho, pois o convênio estava rezando dessa forma, mas o que
163 eu estou sugerindo é que para o ano vindouro a gente estabeleça
164 e aprove previamente um novo desenho do convênio nesse sentido.
165 Como nós já temos experiência dessas ocorrências, é bom que o
166 convênio já traga uma previsão mais ou menos do que a gente tem
167 vivenciado reiteradamente, e já traga uma solução nesse sentido.
168 **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** - Quando a
169 Procuradoria de Justiça apresentou o projeto foi para comprar 4
170 impressoras a laser e 16 jato de tinta, e como não houve a
171 licitação, foi realizada uma pesquisa e encontraram na
172 Procuradoria Geral do Estado um registro de preços de impressora
173 a laser no valor de R\$ 900,00 (novecentos reais) cada, e é o que
174 está sendo questionado. Se eu encontrei o registro de preços com
175 o dinheiro que foi aprovado aqui, eu posso comprar menos, mas eu
176 posso com aquele valor? Essa é a questão. Alguém mais quer
177 debater? **Dr. Márcio dos Santos Alencar Freitas** - Sobre a sobra
178 desses R\$ 300,00 (trezentos reais). Como ele seria aplicado?
179 Teria que ser reformulado o Plano de Trabalho para saber onde
180 seriam aplicados esses recursos ou se seriam devolvidos no
181 final. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** - Eu acho que nesse
182 caso aí, como o pedido está para modificar de 16 para 10
183 impressoras, o caso seria esse aí, e lógico, se não houver,
184 vamos dizer que haja outro produto que tenha sido comprado, que

ATA DA 13ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 06 de outubro de 2010

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

185 esses R\$ 300,00 (trezentos reais) seriam aplicados, aproveitados
186 ou não, deverá vir outro pedido para o conselho, e caso não
187 ocorra, acontecerá como no caso da SETUR que fez uma contratação
188 de serviços, e no final das contas o valor foi menor do que
189 aquele contratado havendo a devolução do resto dos recursos para
190 o fundo. Na prestação de contas do Ministério Público, da
191 Procuradoria Geral de Justiça, ele dirá que aqueles R\$ 300,00
192 voltaram porque não foram utilizados. **Dra. Rimena Alves**
193 **Praciano** - Acho que tudo isso que foi dito deve constar no
194 processo. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** - Concordou. **Dra.**
195 **Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** - Eu vou querer os votos
196 do conselho. Eu sou igual o Zé Filho, eu sou medrosa, eu fico
197 preocupada. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** - Dra. Socorro,
198 não ficou escrito aqui, mas está implícito e lógico está
199 acontecendo com todos os projetos, o detalhamento, depois por
200 ocasião da prestação de contas do cumprimento da execução do
201 projeto, o Ministério Público, a Procuradoria Geral de Justiça,
202 sobrando esses R\$ 356,00 (trezentos e cinquenta e seis reais)
203 não utilizados serão devolvidos ao fundo. Não vejo nenhum
204 problema. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** - Alguém
205 ainda quer debater, se a PGJ faz a troca do que foi aprovado no
206 projeto porque a licitação foi deserta, por outra proposta que
207 tem registro de preços e que se pode chegar até lá? Nós íamos
208 comprar 20 impressoras, sendo 16 jato de tinta e 4 laser, e a
209 proposta é para transformar em 10 impressoras a laser, que
210 perfazem o total de R\$ 9.000,00 (nove mil reais). O apresentado
211 no projeto foi no valor de R\$ 9.356,00 (nove mil trezentos e
212 cinquenta e seis reais). Debate encerrado, eu vou colher os
213 votos. **Dr. Márcio dos Santos Alencar Freitas** - Aprovo. **Dr. Fábio**
214 **Carvalho Alvarenga Peixoto** - Aprovado. **Dra. Rimena Alves**
215 **Praciano** - Aprovado. **Dra. Ana Mônica Filgueiras Menescal** - Deve
216 ser observado o que diz a Lei 8.666/93, quanto à alteração
217 contratual, alteração do objeto. Houve uma alteração no objeto,
218 então deve ser observado é claro, que a gente tem que fazer uma
219 pesquisa simples e resolve-se isto. Depois de tomar a decisão de
220 alterar o edital, tem que se fazer isto segundo o que manda a
221 lei. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** - Então o seu
222 parecer e seu voto é no sentido de que não há alteração, não
223 pode ser feita a alteração. **Dra. Ana Mônica Filgueiras Menescal**
224 - Não, minha opinião é que essa alteração deve ser feita nos
225 termos legais, porque existe uma licitação que foi proposta,
226 existe um edital, existem as regras que devem ser observadas
227 quando o processo licitatório é deserto. **Dra. Maria do Perpétuo**
228 **Socorro França Pinto** - Então se conclui que não pode ser feito.
229 **Dr. José Francisco de Oliveira Filho** - Eu também estava
230 defendendo isto. Na realidade eu lamento porque tudo para a

231 minha instituição eu quero o melhor, e o meu interesse é que
232 minha instituição saia sempre na frente. Na realidade nós temos
233 que ser conscientes numa coisa, na maneira como o conselho está
234 decidindo, o conselho está se sobrepondo à lei e o Tribunal de
235 Contas levará em conta, e o conselho, simplesmente, modifica as
236 coisas desobedecendo todas as regras legais de licitação e de
237 comunicação. **Dr. Fábio Carvalho Alvarenga Peixoto** - Mas a
238 questão é que eu não acho que o conselho ao autorizar a mudança
239 estaria passando por cima da lei, seria alterando o objeto,
240 seria uma nova licitação agora... Não mudaria o meu voto não. O
241 que está sendo proposto é a utilização de registro de preços, o
242 que é permitido pela lei, uma nova licitação com base no
243 registro de preços, o conselho está permitindo uma nova
244 licitação com Registro de Preços. Por isso que eu não vejo
245 empecilho. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** - Acho
246 que a gente está debatendo a 8.666 e o grande problema é que o
247 objeto é o mesmo, impressora. A gente ia comprar 20, como estava
248 descrito no projeto, e estamos comprando apenas 10. O problema é
249 saber se a gente pode e deve mudar o que aprovou no projeto de
250 compra desse material. **Dr. José Francisco de Oliveira Filho** -
251 Aqui teve um problema que foi a Rimena que foi relatora de um
252 projeto da PGJ, que pela sugestão da presidente foi mudado o
253 projeto. A gente tem que seguir a mesma diretriz. **Dra. Sheila**
254 **Cavalcante Pitombeira** - Não era reaparelhamento, era sistema de
255 segurança que o projeto apresentava, e a lei diz que o
256 percentual do FDID para o Ministério Público é para
257 reaparelhamento e foi colocado sistema de segurança. Então, o
258 conselho, na deliberação, recomendou que fosse excluído esse
259 item do projeto. **Dr. José Francisco de Oliveira Filho** -
260 Permitam-me, embora não concorde com os votos anteriores, mas
261 eu... **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** - Se o colega
262 não concorda, pede vista! Vista da matéria. **Dr. José Francisco**
263 **de Oliveira Filho** - É melhor. Eu prefiro dar uma olhada
264 direitinho nisto aí. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto**
265 - Então o Dr. José Filho quer estudar a matéria. Quarto Ponto:
266 Sugestão de alteração na Resolução nº10/2005, do Manual Básico
267 para Apresentação de Projetos. Nós tivemos uma comissão aqui
268 representada pela Assembleia Legislativa, pela SESA e pelo
269 DECON. O DECON está representado pelo Dr. Antônio Carlos, a Dra.
270 Rimena está aqui, e eu passo a palavra a ela. **Dra. Rimena Alves**
271 **Praciano** - Eu não tive o contato com os outros membros da
272 comissão, pela época das eleições. A gente não conseguiu se
273 reunir, então tomei a liberdade de distribuir para os
274 companheiros projetos de editais, um do Banco do Nordeste e
275 outro da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS,
276 antiga Ação Social, para vocês verem os formulários de projeto e

ATA DA 13ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 06 de outubro de 2010

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

277 até o Manual Básico, embora muito extenso, mas ele é bem
278 didático, eu não vejo porque a gente alterar a nossa Resolução
279 nesse sentido. Talvez diminuir algumas exigências. Tomei a
280 liberdade de fazer uma minuta de resolução, por exemplo, no que
281 se refere ao relatório de atividades, atualmente, exigimos de
282 três anos, dos três últimos anos (item 2.2.5 do Manual Básico).
283 Poderia ser diminuído para dois anos, pois é um calhamaço de
284 papéis, uma coisa dificultosa que as instituições se assustam.
285 **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** - Eu queria saber
286 aqui, por questão de organização de debates, a gente pega ponto
287 a ponto, ou vocês vão anotando? **Dra. Rimena Alves Praciano** -
288 Entrando no site da PGJ, está lá na Resolução nº 10, se quiserem
289 estudar em casa. Irei falar ponto a ponto. Primeiro: exigimos
290 que as instituições comprovem a composição da diretoria da
291 organização não-governamental, inclusive com indicação de
292 atividades dos profissionais. Eu particularmente acho isso um
293 exagero. Nem numa tomada de preços se exige que a empresa
294 apresente a diretoria da empresa e as atividades dos
295 profissionais que a compõem. Eu acredito que isso possa ser
296 revogado. É o item 2.2.3 - Composição da Diretoria. Vamos para o
297 2.2.5 - é a questão do balanço financeiro, eu acredito que dois
298 anos sejam suficientes. Vamos para o item 2.2.6 - a gente
299 solicita atas das reuniões de diretoria e assembleias ordinárias
300 ou extraordinárias nos últimos dois anos da instituição. Eu acho
301 isso também um exagero. Por que a gente já exige a ata de
302 fundação, a ata de composição da atual diretoria e as atas de
303 alterações estatutárias se houverem. **Dr. José Francisco de**
304 **Oliveira Filho** - Eu concordo inteiramente com a Dra. Rimena,
305 pois na realidade, essas atas das últimas reuniões são coisas
306 internas da ONG, é assunto interno. **Dra. Rimena Alves Praciano** -
307 Nessa questão do relatório das atividades, a gente também
308 solicita dos últimos três anos. Acredito que dois anos sejam
309 suficientes, como o balanço, item 2.2.7. Item 4 - documentação
310 necessária, tudo o que a gente alterar na Resolução nº10 vai ter
311 que ser alterado no Manual Básico também. No item 4.2 é
312 solicitada a apresentação do Sistema Integrado de Administração
313 Financeira do governo Federal - SIAFI. Acho que se a ONG está de
314 acordo com o Estado, pode ser dispensado com a União. **Dra. Maria**
315 **do Perpétuo Socorro França Pinto** - Acho difícil ser retirado
316 isto. **Dra. Rimena Alves Praciano** - Vamos para o item da
317 declaração de mora. Em todos os editais são solicitadas, mas
318 sempre achei ridículo exigir uma declaração da pessoa dizendo
319 que não é devedora. A questão da abertura da conta consta
320 atualmente que seja entregue ao conselho após a apresentação do
321 projeto. Normalmente esses bancos exigem um instrumento de
322 convênio, uma publicação em Diário Oficial para poder abrir a

323 conta específica. Foi o que eu tentei colocar, não teve uma
324 comissão, eu fiz sozinha, era período eleitoral. Em relação aos
325 formulários, eu trouxe esses para apresentar, esses dois
326 modelos. O nosso Manual Básico é praticamente um livro, que é
327 difícil uma entidade baixar na *internet* para guardar em seus
328 anais, porque é papel, impressora, tudo isto é custo, e são
329 entidades sem fins lucrativos, e a gente vê essas instruções
330 tanto do BNB como da STDS são bem mais simples. Lembrando que o
331 nosso modelo está bom, mas podemos melhorar para ver se facilita
332 o ingresso das instituições, não só no conselho, como
333 capitaneando recursos. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França**
334 **Pinto** - Eu vou pedir que sejam passados os modelos a todos. Bom,
335 eu vou colocar em discussão, não só as propostas que Dra. Rimena
336 trouxe, mas outras que vocês acharem pertinentes, e queria
337 sugerir como nós temos um Núcleo de Promotorias das Fundações, e
338 eles fiscalizam todas essas entidades, talvez fosse o caso de,
339 depois de um debate nosso, eles analisassem lá, porque tudo
340 depois vai chegar lá. Porque as entidades civis não estão aqui?
341 Porque não preenchem os requisitos, nunca a gente consegue. É
342 difícil. Tanto projeto aí que não é aprovado porque chega aqui e
343 não é aprovado por que está faltando isso e aquilo. Quando a
344 gente tiver toda essa mudança solicita à Promotoria que dê uma
345 olhada para dizer se estão de acordo com o que eles estão
346 exigindo. Em discussão. A palavra está facultada. **Dr. Fábio**
347 **Carvalho Alvarenga Peixoto** - Nós temos já quase uma tradição de
348 projetos não aprovados. Já ouvi até instituições comentarem que
349 juntam tantos documentos, gastam tanto com *xerox*, pra o projeto
350 não ser aprovado. Então eu acho que o que é efetivamente
351 necessário é mudarmos a sistemática também. Primeiro uma
352 documentação bem simples no início do projeto. Apresenta-se o
353 projeto e dos projetos aprovados, aí sim se exige a documentação
354 completa. Porque para apresentar todos os documentos exigidos
355 junto ao projeto, ninguém vai apresentar. A questão da ausência
356 das ONGs aqui, elas acham que se participarem do conselho não
357 poderão apresentar projetos. Não sei qual a pertinência disso
358 com o nosso regulamento. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França**
359 **Pinto** - Mas o Ministério Público Estadual não participa do
360 conselho e não apresenta projetos? **Dra. Sheila Cavalcante**
361 **Pitombeira** - Ela fica impedida só de votar no projeto dela. **Dr.**
362 **Fábio Carvalho Alvarenga Peixoto** - é melhor esclarecer. **Dr.**
363 **José Francisco de Oliveira Filho** - eu quero lembrar que houve
364 uma reunião que nós discutimos isto e a Dra. Rimena casou a
365 ideia dela com a da Senhora, por exemplo, a entidade que não
366 possui fins lucrativos, porque tantas exigências? Eu quero
367 explicar que uma associação sem fins lucrativos, para que ela
368 possa nascer como Pessoa Jurídica, necessita apenas de uma

369 assembleia para a lavratura de uma ata de assembleia geral, ela
370 é levada a um cartório de documentos, registra-se e daí vai até
371 a Receita Federal e tira-se o CNPJ e a Pessoa Jurídica está
372 instalada. E por que tanta explicação, tanta exigência para uma
373 entidade desta. Deveria ser exigido só ela declarar anualmente à
374 Receita Federal o seu movimento, seus rendimentos. Então, na
375 realidade, nós deveríamos rever essa situação, pelo menos para
376 as ONGs, para facilitar a vida dessas entidades. Do jeito que
377 está aí é como se dissesse: olha, nós estamos abrindo para as
378 ONGs, mas só podem entrar se tiverem tudo isto. **Dra. Maria do**
379 **Perpétuo Socorro França Pinto** - Essa ideia da pré-inscrição foi
380 maravilhosa! **Dr. José Francisco de Oliveira Filho** - Não só da
381 pré-inscrição, mas rever também essa problemática das entidades
382 sem fins lucrativos de ter tanto exigências. Para as entidades
383 com fins lucrativos, nós temos que ter mais zelo. **Dra. Maria do**
384 **Perpétuo Socorro França Pinto** - Mas temos que ter cuidado com as
385 sem fins lucrativos, pois elas estão recebendo recursos. **Dr.**
386 **José Francisco de Oliveira Filho** - Mas a Receita Federal fica de
387 olho sempre. Eu queria só que vocês levassem em consideração
388 isso também. Deveria haver uma análise, um exame mais apurado,
389 em relação a estas entidades sem fins lucrativos, é só isso que
390 eu queria. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** - Quem
391 quer falar? Ou querem debater o assunto? Eu estou achando
392 interessante o assunto. Talvez pela primeira vez a gente vá ter
393 projetos. Pois não é possível, estamos com quase dois milhões de
394 reais em saldo e não temos projetos aprovados. **Dra. Rimena Alves**
395 **Praciano** - Visto o que foi debatido até agora, a comissão vai se
396 estruturar? Vai propor mais alguma coisa? **Dra. Maria do Perpétuo**
397 **Socorro França Pinto** - Dr. Gualberto saiu e quero comunicar
398 oficialmente que a Dra. Vanja é a atual coordenadora, e está
399 aqui sendo substituída pelo Dr. Antônio Carlos. Seria o caso de
400 ficar um representante do DECON na comissão. **Dra. Sheila**
401 **Cavalcante Pitombeira** - Eu gostaria de sugerir que quando a
402 comissão concluísse as mudanças, o material fosse para o Centro
403 da Fundações. Eu sugeriria que, para não demorar, fosse feito a
404 indagação ao Centro de Apoio as Fundações, sobre os itens,
405 considerando este manual. Nós mostramos nosso formulário, o que
406 eles acham descartáveis, então se soma ao que a comissão vai
407 estudar. Ganhamos um tempo neste intervalo, institui-se
408 formalmente a comissão. No manual poderia falar desta pré-
409 inscrição, inscrição definitiva, como no primeiro momento o que
410 você tem a apresentar. Aprovado o projeto um prazo para
411 comprovação da documentação efetiva, porque de fato tirar muitas
412 cópias fica desarrazoado. Às vezes têm este custo mesmo, três
413 cópias de balanço, três cópias daquilo, autenticar. É meio
414 complicado. Agora, em relação a estas entidades terem este

415 receio que foi lembrado pelo representante da PGE, eu acho que
416 seria razoável que agora neste final de ano o Ministério
417 Público, a Procuradoria Geral de Justiça e o Conselho fizessem
418 um evento convidando essas instituições para explicar como elas
419 podem trabalhar no contexto social, como se fosse estimular a
420 que elas viessem participar e explicar o preto no branco que
421 elas integrando o Conselho elas não ficam impedidas de
422 apresentar projetos, elas ficam naturalmente impedidas de votar
423 no seu respectivo projeto. **Dra. Rimena Alves Praciano** - E quando
424 voltamos para a questão da divulgação do nosso processo? **Dra.**
425 **Sheila Cavalcante Pitombeira** - Fariamos o evento no auditório da
426 PGJ, convidaríamos a participarem e mostraríamos como o trabalho
427 de uma entidade de interesse social, não-governamental é
428 importante no contexto da sociedade, como a Constituição Federal
429 chama esta sociedade para participar. A sociedade participa no
430 Conselho Tutelar, nos Conselhos de Família, no Conselho de
431 Escola, nos Conselhos de Meio Ambiente, no Conselho de Direitos
432 Difusos, tanto a participação dela na inserção, como hoje a vida
433 complexa desta participação da sociedade e estimula, mostra e
434 pega exemplos de atuações exitosas, de como elas podem fazer
435 crescer isso aí, para ver se daí então sensibiliza. **Dra. Maria**
436 **do Perpétuo Socorro França Pinto** - Recentemente houve uma
437 reunião, não sei se vocês sabem, existe uma Associação Nacional
438 das organizações sociais de terceiro setor, que se desenvolveu
439 muito no país e existe no Estado do Ceará a Associação do
440 Terceiro Setor. Se vocês aqui permitirem eu vou falar com a
441 Presidente para que ela então se mobilize e o Conselho então vá
442 explicar, para motivar. Seria interessante convidar o Centro de
443 Apoio às Fundações para fazer uma palestra e chamar o Conselho e
444 mostrar o Manual já com essas modificações. Apresentaremos já as
445 novidades, o que tem aqui e todo mundo reclama, como disse o Dr.
446 Fábio, e eu também vejo sempre isso. Então o que acontece, é que
447 eles vão receber a boa nova. Todos acatam a proposta da Dra.
448 Sheila? Bem ainda continua em debate a matéria do Manual. **Dra.**
449 **Ana Mônica Filgueiras Menescal** - Com relação às certidões
450 negativas e a mora eu acho que são exigências básicas. **Dra.**
451 **Rimena Alves Praciano** - Básicas são as certidões do INSS, FGTS e
452 das Fazendas, as três fazendas. Isso ninguém pode tirar. **Dra.**
453 **Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** - Bom, então nós temos
454 aqui algumas sugestões apresentadas pela Dra. Rimena no sentido
455 de que onde temos entidades civis, documentos necessários, sejam
456 modificados os itens 2.2.3, 2.2.5 e 2.2.6, então todos concordam
457 com a modificação? **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** - Eu
458 gostaria de neste ritual fazer uma sugestão que se fosse
459 verificado aí pela ordem quem seria o próximo relator e essas
460 sugestões seriam encaminhadas pela Dra. Rimena e daí a gente já

461 votaria. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** - Então a
462 gente não vota agora? **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** - a
463 gente votaria já apresentando... **Dra. Maria do Perpétuo Socorro**
464 **França Pinto** - As propostas da Dra. Rimena, ela já sabe quais
465 são, a proposta do Dr. José Filho, a proposta do Dr. Fábio e a
466 proposta da Dra. Sheila. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** - E
467 aí nesse intervalo a Senhora já faria o ofício ao Centro de
468 Apoio para que ele encaminhasse a Presidente do Conselho,
469 mediante este formulário que nós temos, e o que poderia ser
470 retirado, e esse resultado seria encaminhado à Comissão. **Dra.**
471 **Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** - Muito bem. Então tudo o
472 que temos aqui nós vamos consultar o Centro de Apoio às
473 Fundações para ver o que pode ser retirado. A gente encaminha e
474 na próxima sessão vamos votar logo, porque a próxima sessão já
475 vai ser em novembro, e tem o seminário em dezembro. Então o
476 Manual já deve estar pronto. Vamos colocar na reunião de
477 novembro, mas para trazer mesmo o Manual e aprovar. Nesse dia
478 nós marcaremos o dia do seminário do terceiro setor. Manda o
479 memorando pra eu falar com o Terceiro Setor, e também fazer um
480 ofício para o Centro de Apoio. Vocês concordam com a sugestão da
481 Dra. Sheila no sentido de tudo que foi debatido aqui seja levado
482 para a Comissão? Antes o material deve ser levado para o Centro
483 de Apoio das Fundações e vê o que pode ser tirado, e dia 8 de
484 novembro nós vamos votar definitivamente esse Manual. Quinto
485 Ponto: Discussão sobre a modificação na Lei Complementar nº
486 46/2004 e no Decreto nº 27.526/2004. Nós já temos algumas
487 modificações? **Dr. Fábio Carvalho Alvarenga Peixoto** - O que
488 sugeriram foi modificar o quorum, mas eu pensei que não seria
489 viável. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** - Eu acho
490 inviável a gente querer mudar essa lei complementar por conta do
491 nome das secretarias que foram modificadas. O novo governo que
492 assumirá pode querer modificar, não seria importante aguardar?
493 Parece o que nós vamos mudar aqui na Lei, a sugestão é retirar a
494 SOMA que não existe mais. A proposta é alterar esses incisos do
495 artigo 4º, colocar no inciso II o Conselho de Política e Gestão
496 do Meio Ambiente, e no inciso IV, Secretário de Ciências,
497 Tecnologia e Educação Superior. **Dr. José Francisco de Oliveira**
498 **Filho** - A Senhora está com a razão. A gente deve aguardar o novo
499 governo. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** - Eu acho que neste
500 contexto, se formos mudar, se houver essa necessidade de
501 alterar, eu acho que a gente poderia alterar também a
502 representação do Ministério Público no Conselho. Quando essa lei
503 foi feita, ela é de 2004, nós só tínhamos três Promotorias
504 Especializadas: Meio Ambiente, Saúde e Consumidor, e agora nós
505 já temos outras, como o pessoal da Cidadania, e acho que seria
506 importante... **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** -

507 Vocês sabem que o Brasil todo hoje vive por conta desses
508 projetos assistenciais, no caso Bolsa Família, e então foi
509 criada uma grande novidade no Rio Grande do Norte e aprovada
510 agora no Conselho Nacional dos Procuradores Gerais, uma
511 Promotoria especializada para tomar conta desses projetos, na
512 fiscalização e no controle. Eu até já tenho o projeto. Seria o
513 caso de um Promotor desses fazer parte de nosso Conselho. **Dra.**
514 **Sheila Cavalcante Pitombeira** - Modificar essa composição, e pra
515 não ficar tão fechada, fica um ping-pong só o pessoal do
516 Consumidor e Meio Ambiente, então viabilizar essa outra
517 participação. Deixa três vagas para o Ministério Público e a
518 critério do Procurador, a regulamentação seria... **Dra. Maria do**
519 **Perpétuo Socorro França Pinto** - Eu não sei, hoje existe uma
520 discussão muito grande no Brasil, mas como eu não gosto de
521 trabalhar com discussão, eu não sei se seria nesse caso, já que
522 trabalha com interesse coletivo, a presença da Defensoria
523 Pública. Existe um problema sério em nível de Brasil e o
524 Ministério Público entende que a Defensoria Pública não poderia
525 ter ação civil pública de interesse difuso por que na realidade,
526 constitucionalmente, tem que assistir as pessoas pobres e no
527 interesse difuso você alcança todos. Aí existe uma discussão,
528 não sei se é o caso, mas como nós vamos ter tempo, é o caso da
529 ADIN já ter sido resolvida, tem uma ADIN tramitando no Supremo
530 Tribunal Federal, é o caso de quando formos modificar a redação.
531 **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** - Para alterar só a
532 denominação do Ministério Público não vai alterar o quantitativo
533 do Conselho. Se todos observarem, o Conselho fica com composição
534 de 16 membros com o presidente que não vota. Assim a gente nunca
535 tem problema de uma votação, empate, pois quem vota, quem
536 delibera, dá um número ímpar, tem sempre uma decisão, colocar
537 mais um, vai colocar um voto para o presidente. Isso tudo tem
538 que ser pensado, porque de fato acontece uma reestruturação. Eu
539 acho que nesse caso ficaria pra um segundo momento o que a
540 senhora está dizendo. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França**
541 **Pinto** - Nesse caso também deveríamos fazer o seguinte: em vez de
542 ficarmos discutindo, dando opiniões aqui, a gente também como
543 fez com o Manual, deveríamos criar uma comissão de alteração que
544 vai trabalhar devagar. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** - Mas
545 isso pode mesmo ficar para o ano vindouro, com a confirmação ou
546 não, da estrutura dos integrantes. **Dra. Maria do Perpétuo**
547 **Socorro França Pinto** - Assuntos Gerais. Nesses assuntos gerais
548 vamos dar a palavra facultada, por que eu queria debater aqui o
549 que a gente colocou no início. Não sei se é porque fico muito
550 inquieta quando eu vejo as coisas não acontecerem, daí o debate
551 durante a manhã, a gente tem pelo menos uma luz no túnel de
552 saber que nossos atos normativos, que advêm da lei, estão

553 engessando muito o Conselho. A gente ficar nessa mesmice, ficar
554 esperando... Nós vamos ter trabalho agora, por causa dos
555 projetos, mas os projetos chegarão? Eu acho que agora temos que
556 dizer o que achamos, o que pensamos e onde é que está a nossa
557 falha. O Conselho tem que existir porque dinheiro tem. E com
558 certeza, com 63 novos promotores, do jeito que eles estão
559 entusiasmados, nós vamos aumentar este Fundo, e a gente tem que
560 fazer alguma coisa. Está em nossas mãos. O que fazer? A palavra
561 está facultada. **Dr. Márcio dos Santos Alencar Freitas** - A
562 primeira coisa que eu acho é a questão de aparecer. Sempre falei
563 nas reuniões que o link dos Direitos Difusos devia ter em todas
564 as Secretarias que envolvessem direitos difusos. As secretarias
565 não colocaram. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** - Eu
566 me lembro que a gente debateu aqui e todo mundo saiu com a
567 certeza que iria fazer. Será necessário fazer um ofício para
568 cada secretário para que na sua página constasse o que é o FDID,
569 o que faz, quais são seus objetivos, reduzisse a lei numa
570 informação e todos os servidores tivessem acesso através da
571 intranet também. Um link, na página da Secretaria, que puxasse
572 da nossa página. Todo mundo delibera nesse sentido? **Dr. José**
573 **Francisco de Oliveira Filho** - Isso deveria ter sido desde o
574 início. E cada um se comprometeu que iria interferir lá na sua
575 pasta. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** - Mandando
576 inclusive, para cada secretário, o que a gente está fazendo
577 aqui. **Dr. Fábio Carvalho Alvarenga Peixoto** - Colocar um banner:
578 "estão abertas as inscrições para financiamento de projetos".
579 **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** - Eles vão
580 alimentando na medida em que nós vamos dando as informações.
581 Excelente ideia. **Dra. Rimena Alves Praciano** - Devemos já estar
582 nos preparando para simplificar nosso projeto, já pensando no
583 ano que vem. Divulgação, assim como disse o colega da Cultura. A
584 mídia televisiva é muito forte e temos aí a televisão do estado,
585 a TV União que atende muito a juventude. **Dra. Maria do Perpétuo**
586 **Socorro França Pinto** - Vocês não acham que no seminário
587 poderíamos fazer esse chamamento grande para a época do
588 lançamento do edital. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** - Com
589 certeza. Essa divulgação que a Dra. Rimena está falando talvez
590 fosse uma boa ideia de construção do Conselho e do Fundo, não
591 digo nem a televisão, mas o rádio, por exemplo, a Rádio
592 Assembleia tem uma grande divulgação, colocar uma vez ou outra
593 que existe o Conselho dos Direitos Difusos, o Fundo de Direitos
594 Difusos, colocar uma ou duas vezes ao dia, ao longo do tempo vai
595 despertando a curiosidade. Que conselho é esse? O que faz? O que
596 financia? Nem que saia uma vez ao dia, a gente vai construindo
597 essa imagem. Então isso poderia ser através do rádio que tem
598 muita penetração, e quando chegasse o momento da inscrição, de

599 abertura de inscrição dos projetos, reforçaríamos essa
600 divulgação na mídia de uma forma mais intensa. **Dr. Antonio**
601 **Carlos Azevedo Costa** - Dra. Socorro e demais conselheiros,
602 queria sugerir que fosse enviado ofício à Comissão de Direito do
603 Consumidor da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, no sentido de
604 informar a nossa conta do FDID, onde as medidas judiciais que
605 tenham sido requeridas por aquela instituição sejam informadas
606 aos respectivos juizes. Por exemplo, agora recentemente um juiz
607 federal condenou à Associação de Bancos do Estado do Ceará -
608 ABANCE em uma multa de R\$ 500.00,00 (quinhentos mil reais). Eu
609 acredito que esse dinheiro poderá ir para o Fundo Federal,
610 quando na verdade deve vir para o nosso Fundo Estadual. Então
611 que fosse esclarecido, e venha a ser remetido ofício também aos
612 juizes federais. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** -
613 Muito boa ideia. Porque para os juizes estaduais nós já
614 mandamos. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** - Mandamos também,
615 na época para os juizes federais. Isso que ele está dizendo é
616 muito oportuno que seja feito um reenvio periodicamente em razão
617 da dinâmica de alteração dos cargos tanto de juiz federal como
618 estadual. **Dr. Antonio Carlos Azevedo Costa** - E nesse contexto
619 que fosse também enviado ofício aos nossos novos colegas. **Dra.**
620 **Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** - Aos nossos colegas, já
621 foram. **Dr. Antonio Carlos Azevedo Costa** - Outra sugestão que eu
622 gostaria de apresentar, se não oportuno neste momento, mas no
623 ano que vem, quando for surgindo algumas modificações na lei que
624 criou o Fundo, veja o exemplo que vou dar. Eu encontrei um
625 colega que está fazendo pós-doutorado na Argentina, e ele não
626 sabe da existência desse Fundo e, pasme, ele vai fazer uma tese
627 (meio ambiente), sobre as algas do Curu. Então se vê a
628 ignorância ainda. Quero chegar ao que a nossa lei diz que os
629 recursos serão aplicados preferencialmente relacionados à
630 reparação de danos causados sempre que tal fato o possibilitar.
631 Eu estou querendo chegar que a gente crie uma possibilidade
632 desses recursos terem um efeito prático no sentido de se educar
633 através da participação em seminários, em congressos sobre
634 defesa do consumidor, direito do meio ambiente e outros eventos
635 que possa enaltecer, divulgar e fazer com que esse dinheiro
636 possa ter um bom investimento. Eu me lembro muito bem que cinco
637 anos atrás quando nós implantamos efetivamente, que foi
638 instalado o Conselho, que a gente estava zerado e dizíamos: será
639 que vamos ter dinheiro? Eu via lá no Fundo Federal e noutros
640 estados, a exemplo do PROCON-RN uma flexibilidade de eles
641 utilizarem esse dinheiro em prol da defesa do consumidor mais
642 efetivamente. Nós já estamos com R\$ 1.600.000,00. **Dra. Maria do**
643 **Perpétuo Socorro França Pinto** - Sem a representação dos novos
644 promotores. **Dr. Antonio Carlos Azevedo Costa** - O objetivo é

645 buscar mecanismos, minha proposta é fazer estudos de ter a
646 possibilidade desses recursos do Fundo serem direcionados também
647 para patrocínio de eventos para o Direito do Consumidor e
648 Direito do Meio Ambiente para que a gente possa dar mais ênfase
649 à divulgação junto às Universidades. **Dra. Maria do Perpétuo**
650 **Socorro França Pinto** - Mas eu preciso também que o DECON prepare
651 seus projetos. **Dr. Antonio Carlos Azevedo Costa** - Nesse caso a
652 coisa não ficaria adstrita somente ao DECON, outras instituições
653 poderiam formular projetos. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro**
654 **França Pinto** - Os PROCON's do interior, os Municipais, todo
655 mundo, os Conselhos Tutelares, o que a gente sente é que as
656 pessoas não estão motivadas para isso. É a primeira vez que eu
657 vejo um conselho não ir atrás de dinheiro. O Dr. Pádua é nosso
658 Assessor de Comunicação e foi aprovado que nós façamos uma
659 divulgação maciça sobre o objetivo desse Fundo, e eu gostaria
660 que depois ele ouvisse aqui os próprios conselheiros, e nesse
661 momento foi deliberado que nós contatássemos com TV União, Rádio
662 Assembleia, sempre perguntando se você conhece o que é o Fundo
663 de Direitos Difusos, para que serve esse Fundo, então eu
664 gostaria que o colega agora, que já está na Assessoria de
665 Comunicação procurasse divulgar mais este Fundo. A primeira
666 providência foi sugerida pela Dra. Sheila, é no sentido de que a
667 Rádio Assembleia tivesse sempre uma chamada sobre o Fundo.
668 Agora, para tanto, é necessário saber e conhecer para que serve
669 o Fundo, quem o compõe, como é feito o acesso e assim por
670 diante. A Ivonete pode te dar tudo isso. E se quiser entrevistar
671 alguém aqui, os conselheiros estão todos aqui, as representações
672 das instituições. Bem, ainda continua facultada a palavra. Sobre
673 aquela motivação do início? Dr. Fábio? De início, aquela chamada
674 que eu dei! Pra gente sair desta coisa! O que seria? **Dr. Fábio**
675 **Carvalho Alvarenga Peixoto** - Eu acho que primeiro encher o
676 quorum aqui. O quorum está com situação complicada. **Dra. Maria**
677 **do Perpétuo Socorro França Pinto** - Faz algum tempo que não tem
678 reunião por causa disso. **Dr. José Francisco de Oliveira Filho** -
679 Dra. eu proporia, isso é um assunto de alta relevância, que a
680 senhora como Presidente do Conselho oficiasse ao gestor de cada
681 pasta que tem aqui sua representação. **Dra. Maria do Perpétuo**
682 **Socorro França Pinto** - A gente já fez isso reiteradas vezes. Nós
683 já falamos com os secretários, fizemos ofícios, mostramos as
684 faltas. Eu não sei se era o momento político? Ou alguma coisa?
685 Mas agora a coisa foi resolvida. **Dr. José Francisco de Oliveira**
686 **Filho** - Às vezes a gente tem que ser um pouco radical. Eu
687 proporia que no link da PGJ, que trata do FDID, a gente colocar
688 no local de nossas reuniões, os faltosos. **Dra. Maria do Perpétuo**
689 **Socorro França Pinto** - Transparência é um princípio e nós temos
690 que usar desse princípio. Não tenha dúvida. E também a gente tem

691 que mandar sempre o demonstrativo do mês, o que foi que entrou,
692 para todo mundo saber que as coisas estão bem. Fazer um Portal
693 da Transparência, nós temos um Portal da Transparência que está
694 dizendo tudo isso daqui. E nós vamos também ligar o Portal ao
695 link das Secretarias. **Dr. Fábio Carvalho Alvarenga Peixoto** -
696 Isso existe no regimento. Tem que ser colocado em prática. **Dra.**
697 **Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** - Irei cumprir. **Dr. José**
698 **Francisco de Oliveira Filho** - E alertando, dizendo que duas
699 faltas sem justificativas já é motivo para haver uma permuta.
700 **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** - Acho que nem é
701 preciso alertar. Havendo duas ausências, envia-se ofício para a
702 mudança. Foi boa a ideia do quorum, que surjam boas novas
703 ideias. Vocês não acham que cada um para sair da sua Secretaria
704 perde uma manhã, essa periodicidade não poderia ser modificada?
705 A cada dois meses? **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** - Na época
706 dos projetos fica complicado. **Dr. José Francisco de Oliveira**
707 **Filho** - Doutora me permita. Eu pediria para não mexer nisso daí,
708 porque vai complicar. Uma reunião por mês não vai afetar
709 ninguém. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** - Ela tem razão num
710 sentido, como nós temos um prazo fixo e delimitado de inscrição,
711 preparar editais de inscrições, apreciação, prestação de contas,
712 de fato existe um período de atividades de uma certa ociosidade
713 no sentido de que, como as atividades do Conselho são restritas
714 a essa aplicação, acompanhamento disso aí, é possível que haja
715 um repensar dessas atividades no calendário, muito concentrado
716 no primeiro semestre. Necessitando faz extraordinária. **Dra.**
717 **Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** - Porque aí motiva mais
718 as pessoas. Todo mês tenho que ir, eu não sei se é isso, nós
719 temos que pensar. Porque não faz a cada sessenta dias. Eu não
720 sei. **Dr. José Francisco de Oliveira Filho** - Existem certas
721 situações que surgem de repente e que têm que obedecer as regras
722 e prazos. De vez em quando tem um incidente que tem que atentar
723 para prazos diferentes. Eu acho que cada um que tem
724 responsabilidade de comparecer aqui, tem que cumprir... O Dr.
725 Fábio não falta, a Dra. Sheila pelo CAOMACE, o Dr. Antonio
726 Carlos pelo DECON, e as colegas do SESA, da FAZENDA, da SETUR,
727 da SECULT. A gente tem que saber se alguns estão honrando, pois
728 os outros também têm que honrar. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro**
729 **França Pinto** - A Dra. Ivonete está me dizendo que às vezes tem
730 determinadas situações que deve ser de imediatas resolvidas.
731 Agora o que estou sentindo é isso, sinceramente. Isso me causa
732 um incômodo muito grande. É que a gente vê que não está havendo
733 acompanhamento, o Fundo ainda não foi assimilado, talvez seja a
734 condução da reunião, a pauta. **Dr. José Francisco de Oliveira**
735 **Filho Filho** - Dra. se mudar para bimestral não vai modificar
736 isso aqui. Vai continuar, vai piorar. **Dra. Maria do Perpétuo**

737 **Socorro França Pinto** - Então vamos deixar do jeito que está.
738 Continua em debate o que a gente vai fazer. Eu me lembro que
739 esta questão, assim que eu entrei, se vocês se lembram, os mais
740 antigos, eu estava incomodada, cada um vai dar a sua
741 contribuição, todo muito vai dar entrevista e pronto. Tem que
742 passar para o conhecimento, o povo no interior do estado não
743 sabe. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** - Lembra que no ano
744 passado, nas audiências nós divulgamos para as Promotorias e
745 para a comunidade. Nós reunimos na região metropolitana, na
746 região norte... **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** -
747 Ivonete está lembrando agora que foi ofício pra cada prefeito,
748 neste mandato. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** - Nós
749 divulgamos junto às pessoas, fizemos audiência pública na
750 comunidade. Estava na pauta da nossa audiência pública. **Dra.**
751 **Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** - Eu queria fazer uma
752 proposta, para que nesta próxima reunião, que é do dia 08 de
753 novembro, nós vamos aprovar o Manual com suas modificações, que
754 já é um grande passo, tirando esse horror de coisa que se pede
755 para as entidades. **Dr. José Francisco de Oliveira Filho** - Dra.
756 eu ia pedir a senhora, se for o caso, para a senhora interferir
757 junto à comissão para dar celeridade. **Dra. Maria do Perpétuo**
758 **Socorro França Pinto** - Eu já estou pedindo à Rimena aqui. A
759 comissão é você, o DECON, e o outro seria a Assembleia. Eu vou
760 conversar com o Presidente... Eu acho que deveria ficar a PGE. A
761 PGE tem ideia de toda a legislação e vai por lá. Tudo vai por
762 lá. Eu acho que deveria modificar isto. É muito extenso. As
763 pessoas acabam não cumprindo. Nós estamos sugerindo que esta
764 comissão fique com a Dra. Rimena, o Dr. Antonio Carlos e o Dr.
765 Fábio, porque a Assembleia, o nosso representante não foi
766 eleito, então ele não tem mais motivação nenhuma para continuar.
767 Então nesse dia 08 de novembro, caso vocês trabalhem correndo,
768 eu garanto pra vocês que eu vou pedir ao Dr. Leo que faça logo
769 uma avaliação do que pode ser descartável. E mando logo para a
770 comissão. Aí a Ivonete entra em contato com vocês. Pode ficar
771 despreocupados, para o dia 08 de novembro a gente aprovar. No
772 dia 08, eu queria dar uma sugestão, vê se vocês aprovam. Eu vou
773 convidar a Presidente da APRECE, da Associação dos Prefeitos do
774 Ceará, para que ela venha aqui e então a gente passe para ela
775 tudo o que faz o Fundo, os objetivos e ela pode fazer uma grande
776 divulgação junto aos gestores municipais. **Dra. Sheila Cavalcante**
777 **Pitombeira** - Dra. Socorro, desculpe eu interromper a senhora.
778 Não acharia melhor que a Presidente da APRECE fosse convidada
779 nesse evento que a gente vai fazer para a divulgação do Manual,
780 onde serão convidadas as entidades não-governamentais e a
781 Prefeita também. Então nesse evento, aí seria para mobilizar a
782 mídia e as entidades, talvez fosse mais produtivo, ao invés de

783 convidá-la para a reunião. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França**
784 **Pinto** - É porque aqui cada conselheiro poderia ter oportunidade
785 de falar. **Dra. Sheila Cavalcante Pitombeira** - Mas o Conselho vai
786 estar presente também nesse dia, a gente vai fazer este ano, mas
787 esse é para mobilizar o terceiro setor. **Dra. Maria do Perpétuo**
788 **Socorro França Pinto** - Nós já falamos aqui que já foi tudo feito
789 e ninguém se mobilizou. Ia ver através da APRECE. O Seminário
790 nós vamos fazer com verba do Ministério Público. **Dra. Sheila**
791 **Cavalcante Pitombeira** - Nós não podemos apresentar projeto nesse
792 sentido com esse dinheiro. Quem faz essas atividades, quem tem
793 esse custo, a lei diz bem direitinho. O MP fica responsável por
794 essas despesas. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** -
795 Não se preocupem porque evento feito pelo MP, perdoe-me, mas é
796 para humilhar. Nós procuramos zelar por tudo. Bom, continua em
797 discussão ainda sobre essa motivação. A palavra está facultada e
798 eu passo para o Dr. Márcio. Antes de passar eu queria pedir aqui
799 alguns votos. Eu passo a Presidência, eu quero pedir alguns
800 votos. O primeiro deles é para Dra. Vanja que assumiu a
801 Coordenação do DECON, da Defesa do Consumidor. Então eu queria
802 que Vossa Excelência pusesse em discussão e aprovação por este
803 Conselho. **Dr. Fábio Carvalho Alvarenga Peixoto** - Colocando em
804 votação a proposta de votos de sucesso à Dra. Vanja em sua nova
805 função, órgão importante do MP que é o DECON. Foi aprovado por
806 unanimidade, peço para secretaria preparar o ofício. **Dra. Maria**
807 **do Perpétuo Socorro França Pinto** - O outro ofício, a meu ver uma
808 solicitação, é no sentido de que, aí eu pediria a Presidência
809 novamente, porque não vai ser proposta de voto, mas na realidade
810 eu queria já dizer a vocês e vocês são parte integrante da nossa
811 estrutura organizacional, que no dia 13 a 17 de novembro nós
812 estaremos promovendo a semana do MP. O dia nacional do MP é dia
813 14 de novembro, então está inserido nesta semana. Porque estou
814 colocando isso aqui? É porque nós vamos colocar temas
815 extremamente importantes para todos nós. Entre eles a questão
816 ambiental, que a Dra. Sheila está tentando trazer o Ministro
817 Herbert Gianin, que está sendo grande articulador da reforma do
818 Código Florestal, tem tomado algumas decisões extremamente
819 importantes e nós entendemos que os temas que a gente vai
820 desenvolver nessa semana são temas de muita importância. Não vai
821 ser coisa de mesmice, vai ser coisa diferente, uma coisa
822 interativa. Nós estamos trazendo o relator da reforma do Código
823 de Processo Penal. Acho que ele vai garantir, pois ele foi
824 eleito, o senador Demóstenes. Estamos trazendo o Ministro da
825 reforma do Código de Processo Civil e estamos vendo se a gente
826 consegue motivar. É muito importante que esse Conselho participe
827 dessa Semana, porque vai chegar lá onde nós estamos aqui
828 trabalhando. O Código de Processo Civil nessas discussões todas,

829 há uma mudança muito grande no Código de Processo Penal, na
830 questão dos arquivamentos dos inquéritos, então eu acho que é
831 oportuno e nós vamos ficar muito felizes que esse Conselho
832 participe dessa semana. É uma semana de grandes debates com
833 relação e temas muito explorados atualmente. Eu gostaria então
834 de fazer o convite. E também dizer a vocês, ainda no terceiro
835 ponto, assim como eu disse lá em 2004, no início desse Fundo, a
836 Lei, ele começou a funcionar em 2005. Mas eu me lembro quando o
837 Governador veio aqui assinar a lei, eu chamava a Lei Sheila,
838 porque na realidade ela nos ajudou, nós não estamos falando de
839 patrimônio histórico, cultural, então houve uma parceria muito
840 grande entre a Dra. Sheila e a Dra Lúcia Teixeira, na época, em
841 fazer este trabalho foi realizado e esse trabalho foi assimilado
842 pelo então Governador Dr. Lúcio Alcântara, e foi criado esse
843 Fundo. Então eu disse naquela época, inclusive no dia, que
844 talvez nós tivéssemos esses momentos de desânimo, de falta de
845 motivação, porque nós estamos trabalhando aqui no controle do
846 que é arrecadado, nós trabalhamos aqui nesse controle pra o
847 desempenho dessa arrecadação e talvez a gente sentisse como
848 estamos nos sentindo agora. Eu naquele momento dizia, como é
849 que vai pingar o real aí? Eu dizia brincando. Como é que vamos
850 fazer que as coisa aconteçam? E pediria ao Dr. Fábio, aqui nesse
851 momento, como tenho pedido a todos representantes da PGE, é
852 necessário que a gente resolva aqueles problemas que estão ainda
853 na PGE, e na época Dr. Fernando dizia que talvez necessitasse
854 criar uma Procuradoria especializada, não foi isso? **Dra. Sheila**
855 **Cavalcante Pitombeira** - Dra. Socorro, desculpe eu interromper,
856 eu acredito que esses trabalhos, primeiro veio a mudança do
857 Fernando, mais existe um outro quesito, que das propostas de
858 alteração do Código de Processo Civil, é um redesenho da
859 cobrança desses títulos, há várias discussões entre o
860 Judiciário, os Estados, como aliviar a prestação jurisdicional
861 dessas cobranças. Elas poderiam ser feitas de outra forma? E
862 isso como, efetivamente, mudar agora, poderá parar na alteração
863 do Código de Processo Civil, precisa que haja realmente uma nova
864 conversa para verificar a possibilidade desse entremeio. **Dra.**
865 **Maria do Perpétuo Socorro Fr5ança Pinto** - Eu não falo nem da
866 proposta da mudança, eu falo da proposta de cobrar o que tem lá.
867 Porque tem muita coisa lá que está prescrita. **Dr. Antonio**
868 **Carlos Azevedo Costa**- Exatamente Doutora, me permita voltar a
869 palavra, acredito que milhões e milhões de reais estão
870 prescrevendo agora no momento que estamos falando, dezenas de
871 processos do nosso DECON, na qualidade de PROCON, que multou
872 diversas entidades prestadoras de serviço público, ou
873 prescreveram ou estão prestes a prescrever por inércia, não no
874 sentido pejorativo, mas alguma coisa que está impedindo que esse

875 processo seja... Eu não sei se já foi indicado um procurador ou
876 se na Procuradoria... **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França**
877 **Pinto** - Foi indicado o Dr. Pedro Henrique. **Dr. Antonio Carlos**
878 **Azevedo Costa** - Está sendo acompanhando isso aí? Eu digo com
879 certeza, não seria antiético, não estou dizendo nomes de
880 empresa, as empresas de telefonia são poucas no Ceará, até agora
881 não vi cair nenhuma moeda dessas multas, porque acreditam sempre
882 na impunidade. Quando pegam a decisão que era a decisão
883 confirmada da JURDECON, que é a Junta Recursal do DECON, a junta
884 confirma no total, ou não confirma e abate um pouquinho, e até
885 agora não caiu nada. Então imagine se esse dinheiro tivesse sido
886 realmente pago. Acho que é a oportunidade de Vossa Excelência
887 reiterar, e faço meus votos que seja reiterado expediente à PGE
888 para que, formalmente, num ofício específico, para que veja esse
889 assunto porque senão não estamos atingindo a finalidade que a
890 lei e o Código de Defesa do Consumidor pressupõem. **Dr. Fábio**
891 **Carvalho Alvarenga Peixoto** - Da outra vez que isto foi comentado
892 aqui levei ao conhecimento do Procurador-geral, que era o Dr.
893 Fernando, e realmente há o projeto de criação do Núcleo e está
894 no gabinete do Procurador-geral, dependendo obviamente de uma
895 decisão política, de acertos com o Governador. A Procuradoria
896 Fiscal já está executando essas multas, mas há uma carência
897 muito grande de pessoal, somos hoje 83 procuradores atualmente
898 no Estado para todas as questões judiciais e gerais,
899 consultoria, patrimônio... **Dr. Antonio Carlos Azevedo Costa** - Eu
900 poderia fazer uma sugestão e submeter ao voto dos demais
901 conselheiros? Eu gostaria que fosse oficiado para que a PGE
902 informe quais os processos oriundos do DECON que já tiveram ação
903 executória iniciada. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto**
904 - Acato. Todos acatam? É no sentido de saber que a gente está
905 trabalhando aqui, está vigiando, está controlando. Afinal de
906 contas nós somos fiscais do Fundo. Sim, mas depois desse Núcleo?
907 Como é que hoje está sendo, está na Procuradoria Judicial?
908 Procuradoria Fiscal! E lá isso já foi encaminhado, ou continua
909 chegando e sendo guardado. **Dr. Fábio Carvalho Alvarenga Peixoto**
910 - Não, existem algumas execuções. **Dra. Maria do Perpétuo Socorro**
911 **França Pinto** - É o caso de fazer perguntas. Não só de caráter de
912 consumidor, em geral. **Dr. Antonio Carlos Azevedo Costa** - As que
913 estão lá em execução e as que estão aguardando procedimento.
914 **Dra. Maria do Perpétuo Socorro França Pinto** - OK. Dr. Fábio,
915 quer pedir algum voto? Não de todos. Então, facultada a palavra
916 e ninguém pediu votos, encerro pedindo que a gente chame, cada
917 um chame o outro colega e dizendo a vocês que a partir da
918 próxima seção, não é motivação nem é questionamento, mas na
919 realidade é uma falta nossa, a partir de 08 de novembro nós
920 vamos ter nosso lanche aqui, está certo? Muito obrigada.

ATA DA 13ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 06 de outubro de 2010

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

Maria do Perpétuo Socorro França Pinto
Presidente do **CEG/FDID**

Márcio dos Santos Alencar Freitas
Conselheiro - **SECULT**

Rimena Alves Praciano
Conselheira - **SESA**

Fábio Carvalho Alvarenga Peixoto
Conselheiro - **PGE**

Sheila Cavalcante Pitombeira
Conselheira - **CAOMACE**

Antonio Carlos Azevedo Costa
Conselheiro - **DECON**

José Francisco de Oliveira Filho
Conselheiro - **PJMA**

Ana Mônica Filgueiras Menescal
Conselheira - **SEFAZ**

Karine Jucá Moreira
Conselheiro - **SETUR**

ATA DA 13ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 06 de outubro de 2010

LOCAL: Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do Ministério
Público do Estado do Ceará.
